



Revista do Corpo Discente do Programa
de Pós-Graduação em História da UFRGS

JOANA D'ARC, O POVO E A CRIANÇA: A LEITURA ROMÂNTICA DA IDADE MÉDIA POR JULES MICHELET

Luciano Costa Gomes¹

Resumo: O presente trabalho pretende analisar a representação da figura de Joana d'Arc na obra do historiador francês Jules Michelet (1798-1874). Para tal, relacionamos as leituras das obras *Joana d'Arc* e *O Povo*, esta última de caráter mais teórico, na qual Michelet refletiu sobre o povo e sua participação na construção da nação. Michelet é um dos representantes do Romantismo europeu do século XIX e, como tal, utilizou-se de metáforas para analisar os processos históricos. A problemática proposta foi a de entender as implicações das metáforas utilizadas por Michelet para caracterizar Joana d'Arc, como *criança*, *povo* e a designação de *dotada de bom senso no entusiasmo*. Chegamos à conclusão que as metáforas empregadas ligam-se às ideias de unidade e unificação que, em última instância, remetem à noção romântica de unidade do povo francês e de unificação da França.

Palavras-chave: Joana d'Arc. Jules Michelet. Historiografia. Romantismo. França.

Jules Michelet foi um dos mais notáveis historiadores românticos do século XIX. Filho de um tipógrafo, dedicou-se a escrever a história do povo francês. Para Michelet, a França era o povo. Ao invés de fazer história política, retomando narrativas nobiliárquicas, defendia que o historiador deveria fazer soar a voz do povo. O ato historiográfico era concebido pelo autor como o esforço de uma ressurreição integral da vida, em que o historiador teria a função de sacerdote encarregado da missão sagrada de velar pela memória dos mortos. E isso se daria, em termos metodológicos, pela contínua citação das falas dos agentes históricos do passado, encontradas nos documentos. Desta maneira, Michelet deu voz aos mortos. Na obra analisada, *Joana d'Arc*, o autor utilizou-se dos processos de condenação e reabilitação e de cartas dos envolvidos na história. Retomando palavras de Joana, de seus amigos e rivais, Michelet elaborou uma imagem romântica e nacionalista da Donzela de Orléans. Analisaremos esta imagem cruzando nossa leitura da referida obra com outra de sua autoria, *O Povo*. Nesta obra, de caráter

mais etnográfico,² Michelet elaborou uma das primeiras narrativas teóricas que tratam o povo não como algo exótico, como no folclore, ou perigoso, como na criminologia e nas páginas jornalísticas, mas enquanto agente da história.

Dividimos a análise em três tópicos, respeitando a composição da obra, que são introdução e dois capítulos. Justificamos esta opção por acreditarmos que cada uma destas partes possui características teóricas e objetivos próprios. No primeiro tópico, sobre a introdução, tratamos da forma como Michelet abordou a força simbólica da Donzela de Orléans na França do século XIX. No segundo, referente ao primeiro capítulo, abordamos o significado das metáforas empregadas por Michelet para caracterizar Joana. No terceiro tópico, tratamos da noção micheletista de martírio necessário do herói e de suas implicações simbólicas.

Na introdução, Jules Michelet expõe sua parcialidade. Joana d'Arc mereceria admiração porque dedicou sua vida à vida da França, país ao qual o autor devotava seu nacionalismo. “A pobre moça, com a carne pura e santa, com esse corpo delicado e terno, embotou o ferro, quebrou a espada inimiga, cobriu com seu seio o seio da França”. (MICHELET, 1995, p.12). Joana d'Arc fez nascer a França, superando suas divisões feudais. Frente às falas de Joana que exprimiam uma noção de unidade do reino da França e do sangue dos franceses, declarou:

Essa expressão que fala ao coração é pela primeira vez pronunciada. Pela primeira vez, sente-se que a França é amada como uma pessoa. E ela assim se torna a partir do dia que é amada. Até aquele momento era uma reunião de províncias, um vasto caos de feudos, grande país, de idéia vaga. Entretanto, a partir desse dia, pela força do coração, ela é uma pátria. (MICHELET, 1995, p.15).

A nação da França não nasce da atuação política aristocrática. Ela não é intelectualizada, não passa pelos meandros da diplomacia e da estratégia política. Para o anti-intelectualista Michelet, a França é fruto da atuação do povo. Esse é o rompimento de Michelet com a história política tradicional. Essa é sua inovação, sua herança às gerações vindouras de historiadores. O povo é o agente da história universal, o construtor da pátria.

Ocorre em nacionalidade o mesmo que ocorre em geologia: o calor está em baixo. Quanto mais se desce, mais ele aumenta; nas camadas inferiores é escaldante. [...] Os pobres amam a França como se tivessem obrigações e deveres para com ela. [...] O camponês desposou a França em matrimônio legítimo; ela é sua mulher para sempre, ambos são um. Para o operário, é a amante formosa; ele não tem nada, mas tem a França, seu passado nobre, sua glória. (MICHELET, 1988, p.103).

Nas palavras de Carlos Roberto Nogueira (1995, p.9), Joana, como povo, “representa o momento grandioso, o ápice de tudo que era maravilhoso para Michelet na Idade Média”. Joana d'Arc iniciou o movimento nacionalista que será completado apenas em fins do século XVIII, com a Revolução Francesa, com a qual Michelet tanto se identificou.

O primeiro capítulo da obra é a narrativa da tomada de Orléans e da sacração de Carlos VII. Joana d'Arc visualizou a rede teológica e política que prendia o delfim. O Tratado de Troyes de 1420 condenou-o à condição de bastardo, impedindo-o de herdar a Coroa. O conselho que o assistia beneficiava-se com manutenção da situação de impotência em que vivia. Para desfazer tal amarra, o raciocínio de Joana foi simples e linear: “Gentil delfim, [...] o rei dos céus comunica-vos por meu intermédio que serei sagrado e coroado na cidade de Reims e sereis lugar-tenente do Rei dos Céus, que é o rei da França” Mais adiante, Joana confirmou ao delfim: “Eu te digo da parte do Senhor que és o *verdadeiro herdeiro* da França e *filho do rei*”. (MICHELET, 1995, p.31). O raciocínio foi simples: se a rainha, mãe do delfim, acusou-o de não ser filho de Carlos VI no citado Tratado, ela, Joana, representante do próprio Deus, afirmava que a rainha mentira; se havia a concorrência com o filho do rei inglês Henrique V para ocupar o trono vacante, o delfim deveria ser sagrado na catedral de Reims o quanto antes. Contra o poder político do Tratado, Joana propôs o poder religioso dos óleos de Reims. (GUENÉE, 1981, p.114). Esta é a linha de argumentação de Michelet, exposta no início do capítulo:

A originalidade da Donzela, o que fez o seu sucesso, não foi tanto a sua bravura ou suas visões, foi o seu bom senso. Graças ao seu entusiasmo, essa moça do povo vislumbrou o problema e soube resolvê-lo. O nó que os políticos e os incrédulos não podiam desatar, ela cortou. Declarou, em nome de Deus, que Carlos VII era o herdeiro. (MICHELET, 1995, p.17).

Semelhante atitude Michelet associaria ao político, homem adulto que aprendeu a contornar as dificuldades da vida. Associou, sim, às pessoas simples, “que dividem pouco o pensamento” (MICHELET, 1988, p.133), pouco dadas à abstração, vendo a vida em sua unidade, em sua organização viva. E exemplar maior do homem simples é a criança:

Nossas crianças francesas, principalmente, tão vivazes e falantes, dotadas de bom senso bastante precoce, trazem-nos sem cessar de volta a realidade.

Esses críticos inocentes não deixam de embarçar o sábio. Suas perguntas ingênuas mostram-lhe frequentemente o nó insolúvel das coisas. Eles não aprenderam, como nós, a contornar as dificuldades, a evitar determinados problemas, que os sábios parecem ter concordado em não aprofundar jamais. Sua ousada lógica avança sempre em linha reta. Nenhum sagrado absurdo teria se sustentado nesse mundo se o homem não tivesse calado as objeções da criança. (MICHELET, 1988, p.135).

E Joana é qualificada por Michelet como *criança*, caracterização que não é gratuita. Como Michelet utilizava-se da metáfora para explicar os processos históricos, da mesma forma como outros historiadores românticos, o uso desta palavra trazia consigo a carga conceitual que o autor lhe conferia.³ A criança era a mescla espiritual entre homem e mulher, o que Barthes (1991, p.147) designou como o ultra-sexo. Segundo o autor, Michelet concebia a existência de duas potências do espírito, que são para ele os dois sexos do espírito: a força macho da ideia e o meio fêmea do instinto. É o velho par romântico da razão e do coração. O primeiro, macho, é a reflexão crítica, penetrante, mas inteiramente frio. O segundo, fêmea, é o instinto, a emoção, a intuição, cheio de calor, o elemento incubador da relação. Para que um indivíduo fosse perfeito, completo, seria necessário que possuísse os dois sexos do espírito, isto é, que fosse andrógino. Como na androginia há o predomínio do sexo feminino, da mesma um ser espiritualmente andrógino teria o predomínio do coração sobre a razão: somente o calor da incubação do meio feminino poderia dar vida à faísca estéril e seca da inteligência. Seria assim que o entusiasmo feminino de Joana transformaria o bom senso de sua ideia masculina em sentimento e realidade.

E a criança, como ser completo, andrógino, seria o agente encarregado de uma responsabilidade moral: levar a história ao seu destino, que era, para Michelet, a unicidade romântica do mundo. Para Hyden White, Michelet não apenas metaforizou o campo histórico, seus processos e agentes, criando os símbolos como a criança, o camponês, a feiticeira, a mulher. Seu interesse era ultrapassar a individualidade de cada um desses símbolos, terminando numa *fusão simbólica*. A unicidade acaso detectada na história era, na realidade, a unicidade do todo. “A individualidade das partes é apenas aparente. A importância delas só deriva de sua condição de símbolos da unidade que todas as coisas – na história como na natureza – *almejam a vir a ser*.” (WHITE, 1992, p.161). Na metanarrativa de Michelet processos históricos levariam, ao fim, à unificação de todas as coisas. A unidade do todo era uma meta a se alcançar, onde todos os esforços deveriam ser feitos para realizá-la. A força responsável pela consecução

deste objetivo seria a justiça, tendo como seu agente o herói, o qual deveria lutar contra as forças que fragmentam da história, a quem Michelet designou como a graça, isto é, o arbitrário e tirânico. Se era apenas o homem simples aquele que via o mundo em sua unicidade, em sua totalidade, apenas este poderia vir a ser o agente da justiça, isto é, o arauto da unicidade, o herói. Segundo Roland Barthes, o herói micheletista é um ser andrógino, “incubando o poder intelectual sob uma espécie de intuição sobrenatural, tomada da mulher. Veja-se Joana d’Arc. Não é sua feminidade pura que faz dela uma heroína: é que, por mais mulher que seja, ela conhece os dois sexos do espírito, ‘o bom senso na exaltação’”. (BARTHES, 1991, p.149). Desta maneira, como ser andrógino, o herói é criança, ao guardar as virtudes da infância. E a criança é “o próprio povo, em sua verdade inata, antes de deformar-se, o povo sem a vulgaridade, sem a rudeza, sem a inveja, que não inspira nem desconfiança nem repulsa”. (BARTHES, 1991, p.134). Desta forma, o herói, aquele que leva à unificação, poderia apenas partir do povo. A consequência teórica deste raciocínio é que apenas o povo poderia levar a França à unidade. E “Joana é o povo”. (NOGUEIRA, 1995, p. 9). Para Michelet, é a Donzela a responsável pelo início da unificação da nação francesa, que terminaria apenas na Revolução de 1789, quando o povo tomou a Bastilha.

A ação empreendida por Joana começou pelo essencial: a unificação do exército da França. Mais que a autoridade real, para submeter os selvagens e indomáveis guerreiros era necessária a autoridade do próprio Deus. E como nessa época a Virgem era mais Deus que Cristo, nada mais natural que estes homens barbarizados pela guerra se curvassem somente perante a Virgem descida à terra, “uma virgem popular, jovem, bela, doce, ousada”. A admiração de Michelet é visível em sua narrativa. “Foi um espetáculo risível e comovente ver a conversão dos velhos bandoleiros dos Armagnacs” [...] “os diabos se achavam convertidos em *pequenos santos*”. A força religiosa de Joana conseguiu rejuvenescer aqueles homens, novamente “cheios de boa vontade e esperança, todos jovens como ela, todos *crianças*”.⁴ A consequência última da interpretação de Michelet é que Joana d’Arc transformou aqueles bandoleiros em crianças, novamente andróginos, formando, assim, um exército de heróis.

E o movimento de unificação empreendido por Joana d’Arc terminou com a união do povo em torno da causa do delfim. “Amou tanto a França!... E a França, comovida, pôs-se a amar a si mesma”. (MICHELET, 1995, p.15). O povo foi contagiado por seu entusiasmo. Em Orléans, antes da tomada das Bastilhas inglesas, o

povo tornou-se fiel a sua figura. “A Donzela, que permaneceu em Orléans, viu-se senhora da cidade, como se toda a autoridade tivesse cessado. Cavalgou ao redor das muralhas, e o povo a seguiu sem temor”. (MICHELET, 1995, p.39-46). Após a vitória na Batalha de Patay, afluíram pessoas de todas as províncias francesas em virtude do rumor dos milagres de Joana d'Arc. O povo francês uniu-se em torno da causa do rei que Joana designou, em nome de Deus, legítimo. “Rei, cortesãos, políticos, entusiastas, partiram *todos juntos*, por bem ou por mal; loucos e sábios também. De início, eram doze mil; ao longo do caminho, porém, a massa ia aumentando”. (MICHELET, 1995, p.49, grifo nosso). Foi, por fim, a unificação do exército e do povo que permitiu a sagração do rei em Reims, concluindo o desígnio da Donzela. E foi durante o júbilo da solenidade que a Donzela “teve a idéia, o pressentimento talvez, de seu fim próximo”. (MICHELET, 1995, p.53),⁵ o que nos leva ao segundo e último capítulo.

O segundo capítulo trata do martírio de Joana, fim necessário do herói. Joana faz parte de grandes ramos da história francesa, dentro da concepção de história-planta de Michelet.⁶ Dentro da história francesa, se perpetua o “ideal de moral do mundo”. Joana foi considerada a continuação de São Luís, o rei-sacerdote, assim como os jovens generais da Revolução são considerados a continuação da Donzela de Orléans. (MICHELET apud WHITE, 1992, p.168). Há também o ramo do ideal de Cristo, que passa por Godofredo de Bouillon, Tomás de Canterbury, por São Luís e, por fim se estende ao povo; no século XV, esse ideal se apresenta na figura de Joana, última figura de Cristo na Idade Média. (MICHELET apud BARTHES, 1991, p.45-46). “É assim que há equação, mas não progressão causal, entre Luís, o Bonachão; Roberto, o Pio; Godofredo de Bouillon; Thomas Becket e Joana D’Arc: todos são fracos, todos são Cristo, todos são povo.” (BARTHES, 1991, p.34). Desta forma, como heroína e pertencente ao ramo de Cristo, seu fim necessário deveria ser a morte pela causa da França. Michelet explica os motivos que levaram a sua morte.

O longo período de contato de Joana d'Arc com os soldados fez com que caísse nas realidades deste mundo. A conjugação da criança, da santa, com a guerreira era contraditória. E, como a “santa tornava-se capitão” (MICHELET, 1995, p.69), perdia aos poucos a si mesma e, em consequência, a força carismática que possuía sobre o exército e o povo. O terror que ela inspirava aos ingleses também foi um fator importante. Se ela se dizia enviada de Deus e vencera os ingleses, restaria a estes a condição de terem perdido ao lado do Diabo. “Essa conclusão, intolerável para o orgulho inglês, era-o mais ainda para um governo como o da Inglaterra, para o cardeal

que dirigia tudo.” (MICHELET, 1995, p.78). O cardeal a quem Michelet se referiu era Winchester, que foi a força política responsável pelo processo de condenação da donzela. Por fim, Michelet relatou como a nobreza aliada a Joana nada fizera para resgatá-la. “O bom Carlos VII nada fez por ela, o bom duque Filipe entregou-a. A casa de Anjou queria a Lorena, o duque de Borgonha, o Barbante; ele queria principalmente a continuação do comércio flamengo com a Inglaterra”. A conjunção destes fatores levou à morte da Donzela, não sem consequências, a longo prazo, para a nobreza. Esta esteve interessada apenas na expansão de seus territórios enquanto a Donzela estava em julgamento. Assim, foi caracterizada por Michelet como agente da graça, da tirania, da fragmentação. Por isso foi franqueada e deposta pelo povo na Revolução, para que a França pudesse ser livre. E Joana se fez presente para Michelet, durante a tomada da Bastilha, “momento de dissolução de todas as diferenças” entre homens e mulheres, jovens e velhos, pobres e ricos: “Novamente vejo nos céus minha estrela juvenil em que por tanto tempo depusitei minha esperança: Joana D’Arc”. (WHITE, 1992, p.167). O martírio foi a forma última de entrega a França. Concluiu Michelet que, se Joana não houvesse sofrido e passado pela provação inquisitorial, não faria parte memória nacional como a Donzela de Orléans. (MICHELET, 1995, p.69).

Ao fim, percebemos como as metáforas utilizadas para caracterizar Joana d’Arc remetem às noções de completude e unidade. A criança e o povo, termos sinônimos, são os simples que vêem a vida em sua forma natural, organizada e viva, em oposição ao intelectual, que abstrai e divide. Logo, o povo seria único agente que poderia levar à unidade da história e do mundo. É o elemento nacionalista, por excelência. Esta é a Donzela romântica de Michelet: era o povo e era criança e, pelo seu bom senso no entusiasmo pode tornar uno que era dividido, unificando exército e povo pela causa do delfim, permitindo a unidade da França e, como mártir, servindo de símbolo da libertação da Nação na Revolução de 1789.

Joana d’Arc, the people and the child: a romantic sight of Middle Ages by Jules Michelet

Abstract: The present production intends to analyze the representation of Jeanne d’Arc’s figure in the French historiographer Jules Michelet (1798-1874) work. For that, we brought the readings of the piece *Jeanne d’Arc* into relation with *The People*, this last with more theoretical feature, in which Michelet thought about people and its participation in nation’s building. Michelet is one of the 20th Century European Romanticism ministers and, as that, made use of metaphors to analyse the historical processes. The proposition was to understand the metaphors involvement used by Michelet in order to characterize Jeanne d’Arc as a *child*, *people* and the assignment of *presented of sound sense in the enthusiasm*. We reached a conclusion that the metaphors used combine with the union and unification thoughts that, in the last instance, remits to the romantic conception of the French people union and France unification.

Keywords: Jeanne d'Arc. Jules Michelet. Historiography. Romanticism. France.

¹ Graduando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Endereço eletrônico: gardeluciano@yahoo.com.br

² Etnográfico por ter sido elaborada por meio de entrevistas e contato com camponeses, operários, funcionários públicos e comerciantes.

³ Segundo Hayden White (1992, p.151): “Os românticos repudiaram todos os sistemas formais de explicação e tentaram conseguir um efeito explicativo utilizando o modo metafórico para descrever o campo histórico e o *mythos* da estória romanesca para representar-lhe os processos.”

⁴ As citações do parágrafo encontram-se em MICHELET, 1995, p. 36. Grifos nossos.

⁵ Cabe explicar que Michelet não considerava o povo como classe social, mas como o elemento andrógino, ou próximo da androgenia, que formaria e se dedicaria à Nação. Por esse motivo os nobres Luís, o Bonachão, Roberto, o Pio e Godofredo de Bouillon são considerados também povo.

⁶ Para Michelet, a história, como a planta, tem o movimento que é menos sucessão do que constância: “a história é um contínuo de identidades, assim como a planta é a duração de um mesmo tecido”. Como vegetal, não há causalidade no impulso histórico micheletista. Não há relação de causa e efeito entre dois entes relacionados no tempo, mas um deles é simplesmente continuação de outro, momentos diferentes da mesma árvore genealógica. A citação é de BOURDÉ e MARTIN, s/d, p.85.

Referências:

BARTHES, Roland. *Michelet*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

BOURDÉ & MARTIN. *As Escolas Históricas*. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d.

GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos Séculos XIV e XV (os Estados)*. São Paulo: Pioneira: Ed. da EDUSP, 1981.

MICHELET, Jules. *O Povo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

MICHELET, Jules. *Joana D'Arc*. São Paulo: Editora Imaginário; Editora Polis, 1995.

NOGUEIRA, Carlos. Apresentação. In: MICHELET, Jules. *Joana D'Arc*. São Paulo: Editora Imaginário; Editora Polis, 1995.

WHITE, H. *Metahistória: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Editora da USP 1992.